

# PLANEJAR COM A PAISAGEM: CONTATOS HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS<sup>1</sup>

PLANNING WITH THE LANDSCAPE: HISTORICAL CONTACTS AND CONTEMPORARY PERSPECTIVES

JÉSSICA RAGONHA, LUCIANA BONGIOVANNI MARTINS SCHENK

## RESUMO

Ao longo do histórico de práticas relevantes de Planejamento Urbano e Regional em nível nacional e internacional, observa-se que muitas vezes a paisagem foi tomada como elemento fundamental para se pensar o ordenamento do território. Desde as primeiras propostas de inserção do verde na cidade, com o nascente Urbanismo no século XIX, até o desenvolvimento de alternativas de planejamento para a região, distintas abordagens que tomavam a paisagem e suas questões se consolidaram enquanto modelo de intervenção territorial. O que esse artigo se propõe a desvendar é justamente esse contato e a interação entre paisagem e planejamento, em um recorte que percorre as práticas ocorridas nos Estados Unidos e na Europa desde o final do século XIX até o século XX. Nessa trajetória, revela-se uma perspectiva metodológica histórica desse campo de conhecimento ligado à paisagem: uma estratégia que se alicerça no necessário trânsito entre escalas, da regional à local, para o conhecimento e intervenção em um território. Essa perspectiva que promove a chamada *multiscale* nos países de língua inglesa em muito contribui para a compreensão da complexidade do território, bem como para a qualificação do processo de planejamento e projeto das intervenções sobre o fenômeno na contemporaneidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem. Planejamento. Planejamento Regional. Região.

## ABSTRACT

*In the history of relevant national and international practices of Urban and Regional Planning, the landscape is a fundamental element in thinking spatial planning. From the first proposals for the insertion of green areas in the city with the nascent Urbanism in the 19th century to the development of planning alternatives for regions, different approaches that took the landscape and its issues into account were consolidated in a territorial intervention model. This article seeks to unveil this contact and interaction between the landscape and Planning, considering the practices in the United States and Europe from the end of the 19th century to the 20th century. In this trajectory, a historical methodological perspective of this knowledge field linked to landscape is revealed as a strategy based on the necessary transit between scales from regional to local for the knowledge and intervention in a territory. This perspective that promotes the so-called multiscale in English-speaking countries greatly contributes to understanding the complexity of the territory, as well as to the qualification of contemporary intervention planning and design process.*

**KEYWORDS:** Landscape. Planning. Regional Planning. Region.

## INTRODUÇÃO

A **COMPLEXIDADE DA** paisagem incorpora não apenas as dimensões ambientais da natureza física, mas também as culturais, históricas e estéticas nas quais processos naturais e sociais interagem constantemente. A definição de paisagem aqui trabalhada firma seu significado na relação que se estabelece entre questões objetivas e subjetivas presentes em um território (BERQUE, 2000). O alinhamento a essa definição de paisagem implica em uma abordagem que abarca as percepções e sensibilidades das pessoas no lugar, envolvendo a experiência humana como “[...] um véu mental que o ser humano coloca entre ele mesmo e o mundo, produzindo, com essa operação, a paisagem propriamente dita. [...] Não existe em si, mas na relação com um sujeito individual ou coletivo que a faz existir como uma dimensão da apropriação cultural do mundo” (BESSE, 2014, p. 12).

Reconhecendo e afirmando essa multiplicidade de elementos, a paisagem, enquanto campo de conhecimento, apresenta interações históricas fundamentais com o planejamento. Segundo Santos (2003), utilizar a paisagem como força central ao planejar exige uma atuação em diferentes escalas, das mais abrangentes e gerais às locais. Por um lado, existe a necessidade de incorporar as dinâmicas regionais ao lidar com aspectos físico-territoriais como, por exemplo, a questão das águas: as bacias hidrográficas têm alcance regional, compreendendo interações amplas e diversas entre municípios, transcendendo os limites político-administrativos. Por outro lado, a atenção e a incorporação de dimensões subjetivas, presentes desde a origem da prática profissional, exigem uma abordagem apenas possível a partir da escala local, onde a vida das pessoas e suas experiências sensíveis acontecem e podem se tornar objetos de investigação.

Historicamente é possível observar que foram propostos modelos de planejamento a partir de questões próprias do campo da paisagem. O que se pode perceber é que essa abordagem incorpora uma investigação com base na integração entre escalas como a chave para se pensar o território e as interações humanas que nele ocorrem. Sendo assim, esse artigo se propõe a recuperar algumas dessas estratégias, trazendo à luz exemplos que permitam defender a participação da paisagem como base fundamental às práticas de parte de um planejamento historicamente posto e que contemporaneamente se apresenta como uma alternativa profícua para desenvolvimentos futuros.

## PAISAGEM E PLANEJAMENTO

Uma primeira compreensão a respeito da interação entre paisagem e planejamento remonta à inserção do verde no espaço urbano ocorrida na segunda metade do século XIX, enquanto reaproximação entre os habitantes urbanos e a natureza característica do campo no contexto da cidade industrial. Dentre seus principais expoentes estava Frederick Law Olmsted (1822-1903), pioneiro da

Arquitetura da Paisagem e um dos primeiros *city planners* americanos (ANHAIA MELLO, 1928), que propunha o Sistema de Parques como elemento fundamental para o ordenamento territorial da cidade (SPIRN, 1995).

A arquitetura da paisagem e o planejamento urbano compartilham uma história comum nos Estados Unidos. Muitos dos primeiros planos metropolitanos e regionais do século XIX foram desenvolvidos para sistemas de parques que integravam recreação, transporte, drenagem de águas pluviais e controle de enchentes e gestão de águas residuais, e criaram uma estrutura para o futuro desenvolvimento urbano. Os autores de tais planos eram arquitetos da paisagem como Frederick Law Olmsted e seus filhos, John Charles e Frederick Law Olmsted Jr., Charles Eliot e John Nolen (SPIRN, 2000, p. 99, tradução nossa)<sup>2</sup>.

A presença da natureza, mediada pelo sistema de espaços livres que incorporava parques, praças e ruas arborizadas, enquanto elemento estruturador do espaço urbano, evidencia-se neste primeiro momento não apenas como meio de solucionar problemas ambientais e sociais provenientes do processo de industrialização, mas como perspectiva de instalação da paisagem como questão norteadora de planejamentos e projetos em geral, reunindo qualidades físicas e metafísicas que Olmsted reconhecia e a respeito das quais argumentava a favor (SCHENK, 2008). A paisagem, portanto, se revela não apenas em suas vertentes ambientais, da geografia física e da engenharia, mas em sua frente cultural e estética, enquanto significado da relação entre humanidade e natureza que se desenvolve sobre o território.

A proposição do Sistema de Parques elaborado pelo pioneiro da prática profissional Olmsted, fez com que ele se tornasse referência a vários profissionais e propostas de planejamento por todo o mundo à sua época. Aqui se destaca, primeiramente, a influência de Olmsted no trabalho do engenheiro florestal francês Jean-Claude Nicolas Forestier (1861-1930), pertencente à escola francesa de Urbanismo e colaborador de Alphand nas intervenções lideradas por Haussmann em Paris. As ações e reflexões de Forestier se alinham às discussões acerca do rápido e desordenado crescimento das cidades ao final do século XIX. Em seu livro de 1908, *Grandes Villes et Systèmes de Parcs*, Forestier apostava no Sistema de Parques como instrumento de organização das cidades, em especial das metrópoles, referenciando Olmsted como sendo o precursor desse modelo. A abordagem de Forestier, cujos planos e projetos contemplam cidades como Havana, Buenos Aires e Sevilha, inclusive antecipa a articulação das áreas verdes através de uma rede hierárquica em escala regional, composta por grandes parques suburbanos e reservas naturais conectados ao sistema urbano através dos parques, praças de bairro, avenidas e ruas arborizadas (*boulevards*)<sup>3</sup> (FORESTIER, 1997).

Nesse autor evidencia-se um necessário trânsito entre escalas, explicitando a interação entre paisagem e planejamento ao incorporar áreas verdes que transcendiam o urbano, adotando, portanto, uma escala mais abrangente,

desenvolvendo uma abordagem de planejamento regional. Ao mesmo tempo, existiam propostas mais detalhadas em escala local, designando a ocupação de diferentes parques e atuando até mesmo na escolha das espécies vegetais para compor o Sistema de Parques que estruturava o processo de planejamento.

Ainda acerca da ressonância do pioneirismo de Olmsted em relação ao planejamento em congruência com o lugar e sua natureza constituindo uma paisagem diferenciada, destaca-se sua proposta para Riverside, nos arredores de Chicago, em 1869. Essa proposta reúne uma urbanidade quase completa (a indústria não está presente), com comércio, serviços e habitações dispostos em um sistema de espaços livres verdejados. O desenho daquilo que seria um futuro bairro da cidade materializa boa parte dessa integração fundamental entre processos de ocupação e suas relações com a natureza, entre planejamento e paisagem: os parques salvaguardam as águas e estruturam a drenagem, as ruas arborizadas dispostas em uma morfologia cujo desenho está em consonância com o relevo, o princípio de que o lugar constituído deve, acima de tudo, revelar uma paisagem na qual a vida se desenvolve sob novas bases. Esse modelo parece ecoar nos fundamentos da proposição do modelo Cidade Jardim (*Garden City*), desenvolvido pelo inglês Ebenezer Howard (1850-1928) – que morou em Chicago nesse período (DAL CO, 1975 *apud* SCHENK, 2008).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a inserção da natureza no espaço urbano era tida como importante chave para enfrentar as problemáticas das cidades industriais, caracterizadas pela migração de grandes contingentes populacionais e por um intenso processo de urbanização, levando à necessidade de busca por novas formas de organização do espaço urbano ancoradas em princípios sanitários. A retificação das ruas para organizar a passagem da infraestrutura, sua arborização e a presença de parques fazem parte das respostas formuladas, que se ligam ao surgimento do Urbanismo enquanto campo de conhecimento. Trata-se de um período em que vários profissionais concebiam suas estratégias para refletir e mitigar os problemas da cidade industrial, densa e insalubre. Muitas capitais europeias passaram por remodelações, a exemplo da mencionada proposta de Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) para Paris (França) ou mesmo do Plano de Expansão desenvolvido por Ildefonso Cerdá (1815-1876) para Barcelona (Espanha).

De natureza bastante distinta desses exemplos, acontece o desenvolvimento do modelo Cidade Jardim de Howard, que ocorre na Europa nesse contexto. Contudo, suas qualidades, especialmente ligadas às singulares questões fundiárias e à ideia de rede de cidades conectadas entre si pela ferrovia, que amparava suas pretensões industriais e produtivas, tornaram o modelo Cidade Jardim protagonista de um movimento que teve grande papel na teoria e prática urbanas. Esse movimento também previa a existência de cidades com forte presença de áreas verdes, mas um aspecto definidor é o esforço de limitação do crescimento urbano, calcado na perspectiva de que o crescimento ilimitado comprometia o que era visto como ideal de comunidade fundamental

por Howard e seus seguidores. Essa limitação do urbano se consolidava através de cinturões verdes compostos por áreas de floresta e agricultura, onde também se produzia parte da subsistência dos habitantes locais (o horizonte da *self-maintenance* presente nos escritos da *Garden City* e que antecipam pautas contemporâneas da produção de alimentos).

A par desse contato mais representativo, uma vez que as questões da paisagem norteiam o processo de desenho (UNWIN, 1984), várias propostas de remodelação do espaço urbano desenvolvidas no período pós-Revolução Industrial adotaram os espaços livres verdejados como elementos essenciais e estruturadores da configuração das cidades. Planejamento e paisagem pareciam estar entrelaçados como uma questão cultural referenciável, sendo que a paisagem, compreendida como uma relação entre natureza e humanidade, era pauta e aparecia nas teorias e nos discursos de planejamento.

A abordagem daquilo que viria a ser conhecido como campo disciplinar da Arquitetura da Paisagem, estruturado ao longo do século XX e responsável pelo projeto dos espaços livres, já naquele período reunia dimensões ambientais, socioculturais e estéticas em suas formulações, antecipando perspectivas contemporâneas relacionadas a processos de planejamento de territórios. Observa-se em especial que suas lógicas de abordagem, desde sua origem, contemplam diferentes escalas e têm em seu horizonte a constituição de desenvolvimento e ocupação urbana e humana em congruência com a natureza e seu território, privilegiando a vida em suas mais diferentes formas.

## PAISAGEM E PLANEJAMENTO REGIONAL

Esse artigo procura explicitar os contatos entre ideias e autores que testemunharam essa articulação entre planejamento e paisagem. Assim, é possível estabelecer relação entre o modelo Cidade Jardim de Howard e o surgimento de propostas de Planejamento Regional nos Estados Unidos durante os anos 1920, diante de um contexto pós-Primeira Guerra Mundial, quando um grande contingente populacional migrava do campo em direção às cidades. Esse processo foi caracterizado por um momento de intensa urbanização atrelada à rápida industrialização, em especial nas metrópoles, imprimindo às cidades condições ambientais desfavoráveis que exigiam intervenções relacionadas às problemáticas de concentração econômica, aumento intenso do tráfego e expulsão da população de menor poder aquisitivo para áreas distantes do centro.

Dentre as propostas de planejamento regional norte-americano que se desenvolveram nos anos 1920, a da *Regional Planning Association of America* (RPAA) é aqui destacada por ter se baseado diretamente no campo de conhecimento relacionado ao modelo Cidade Jardim e à paisagem. O grupo foi formado em 1923 e, dentre os princípios de planejamento e programas adotados, estava a “[...] criação de cidades-jardim dentro de um esquema regional” (HALL, 1996, p. 148). A RPAA compreendia que seria tarefa do planejamento regional

estabelecer uma contenção ao crescimento metropolitano e promover maior equilíbrio da região (FRIEDMANN; WEAVER, 1979) através do fortalecimento de cidades menores e da integração entre processos naturais e humanos. Segundo a concepção original dos membros da RPAA, em publicação da Revista *Survey Graphics* em maio de 1925:

[...] o planejamento regional deveria criar condições que estabelecessem uma relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, fundamentada em uma bioética que mostrasse um profundo respeito pelos limites da intervenção humana nos processos 'naturais' e que limitasse o crescimento 'canceroso' das cidades (FRIEDMANN; WEAVER, 1979, p. 4, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Entre os integrantes da RPAA estavam o biólogo escocês Patrick Geddes (1854-1932), o historiador norte-americano Lewis Mumford (1895-1990) e o engenheiro florestal e conservacionista também norte-americano Benton MacKaye (1879-1975).

Geddes foi considerado o “pai do planejamento regional” (HALL, 1996) e tomou por base o trabalho de Howard ao defender a necessidade de contenção da expansão desmedida dos espaços urbanos, impondo ao planejamento a tarefa de levar o campo para a cidade e demonstrar seu protagonismo, respeitando a conservação da natureza.

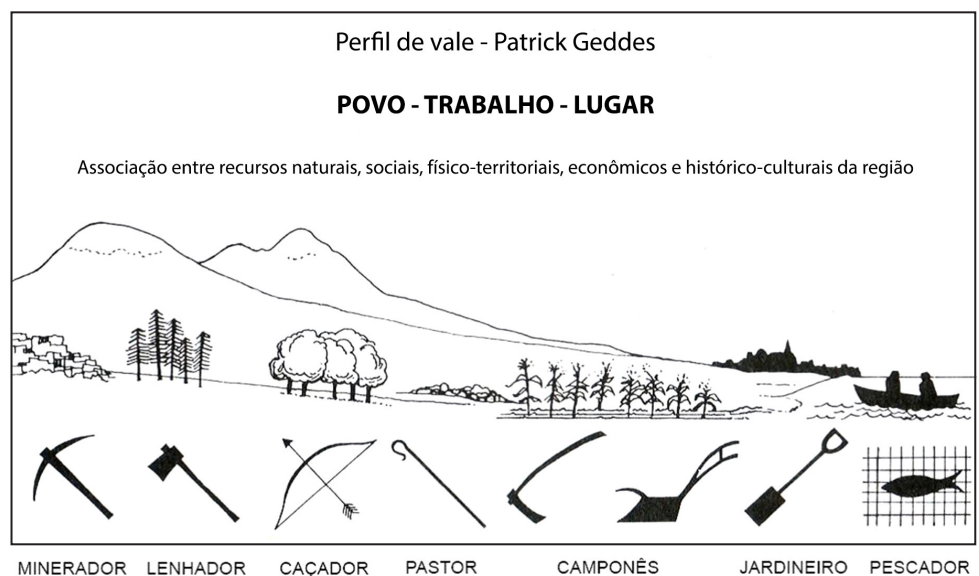
Em consonância com o ideário de Cidade Jardim e com ênfase renovada a partir de seu campo disciplinar de origem, Geddes reforçava a escala regional, defendendo a importância de se trabalhar com a cidade-região enquanto recorte territorial. Essa compreensão do contexto e suas qualidades tornaria possível responder às demandas, especialmente as relacionadas ao meio ambiente, associadas às concentrações urbanas que se encontravam em formação no início do século XX.

A RPAA defendia o controle de crescimento da cidade industrial a partir da criação de novos núcleos urbanos – as cidades satélite –, em um processo de descentralização do desenvolvimento através de ideais comunitários e de conservação ambiental. Para isso, propunha como inovação a adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento que permitiria atuar em escala mais abrangente e baseada em um recurso natural que se apresentava também como “unidade de paisagem”. Esse princípio havia sido proposto por Geddes, que tinha como interesse promover a integração entre as pessoas e o meio físico, analisando os processos de ocupação e suas interações com os recursos naturais. A singularidade nas formulações desse pensador, como afirma Peter Hall (1996), estaria fundada na utilização de um recorte territorial que abarcava os aspectos naturais da região e a paisagem cultural da época, compreendendo a relação entre as atividades humanas e a fisionomia do território. Para tanto, o processo de planejamento se iniciava pela bacia hidrográfica e suas qualidades físico-geográficas, associando-as a potenciais processos de ocupação.

Essa ênfase nos aspectos naturais e culturais que se encontram engendrados no campo de conhecimento da paisagem revela, ainda, a necessária articulação entre diferentes escalas de análise do território e das relações que nele ocorrem. Para tanto, Geddes concebeu um princípio adotado pela RPAA de que “o levantamento precede o plano”, compreendendo a necessidade de uma análise regional anterior ao desenvolvimento de qualquer proposta. Durante o processo de levantamento, Geddes ressaltava a necessária integração entre campo e cidade, assim como as relações entre recursos naturais, sociais, econômicos e físico-territoriais. Como imagem desse esforço de síntese, apresentou o Perfil de Vale (*Figura 1*) enquanto recurso gráfico para o planejamento, que consistia em um corte transversal ao declive, acompanhando o curso de um rio, como representação dos recursos ambientais e da geografia física do território associados às potenciais ocupações de solo e desenvolvimento econômico da região.

**FIGURA 1** – Perfil de Vale de Patrick Geddes, representação de seu modelo de planejamento regional.

**Fonte:** Elaborado e traduzido pelas autoras (2020) com base em Hall (1996).



Como destaca Geddes (1994), o Perfil de Vale atuava para estruturar em uma única imagem os processos geográficos, sociais e histórico-culturais da região, transcendendo os limites administrativos e incorporando uma abrangência territorial baseada nos aspectos da geografia e nos recursos ambientais do território. Sua elaboração dependia da ida a campo e da interação direta com a paisagem em suas várias dimensões – sociais, culturais, ambientais e estéticas –, concepção essa adotada e defendida pela RPAA em seus trabalhos.

As propostas da RPAA, no entanto, não se efetivaram na prática de modo sistemático e para todo o território americano. Contudo, muitos de seus membros, entre eles Benton MacKaye, participaram do planejamento regional ocorrido no âmbito do *New Deal*, política desenvolvida em 1933 pelo então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, para contornar a crise econômica que se abatera sobre o país depois de 1929. Dentre os empreendimentos que compuseram o *New Deal*, o mais relevante foi o planejamento

da *Tennessee Valley Authority (TVA)*, em 1933, que concretizou algumas ideias da RPAA ao adotar como região de planejamento a bacia hidrográfica do rio Tennessee, que abarcava seis estados. A proposta da TVA envolvia planejar as potencialidades econômicas, recreativas e ambientais do sistema hídrico do rio e seu de vale (FRIEDMANN; WEAVER, 1979). Se, no início, o horizonte da TVA encontrava embasamento nos princípios éticos desenvolvidos pela RPAA em relação à conservação dos recursos naturais, com o passar do tempo houve uma reestruturação interna da TVA que orientou as concepções desse planejamento a um viés eminentemente econômico de geração de energia elétrica, desenvolvimento de comércio e navegação industrial e da industrialização.

Esses desdobramentos práticos da proposta norte-americana de planejamento regional nos anos 1920, com estreitamento de suas disposições originais para uma direção econômica, justificam um modelo de planejamento regional que se difundiu por outros países. Ainda que partindo do mesmo recorte geográfico, a bacia hidrográfica, o modelo reiterava uma compreensão da natureza enquanto recurso natural, princípio de uma estratégia de desenvolvimento econômico e geração de riquezas que se distanciava das complexas dimensões que relacionam natureza e humanidade através de sua paisagem.

A proposta de Howard, assim como a da RPAA, adotava questões relacionadas à paisagem com distintas ênfases, porém ambas compreendiam seu papel não apenas a partir da chave do desenvolvimento econômico ou ambiental, como, por exemplo, na conservação dos recursos naturais. Nessas abordagens e em suas propostas, a paisagem era assumida também em seus aspectos culturais, sociais e estéticos, participando, ainda, com informações subjetivas da geração de significados, qualidades e valores dos espaços.

Quando as discussões relacionadas ao planejamento passam a incorporar crescentemente ao discurso o jargão do “recurso natural”, a paisagem e suas questões de espectro menos objetivo deixam de ser a base do planejamento. As chamadas áreas verdes aparecem nos planos como um estreitamento daquilo que um dia havia sido paisagem.

Essa lógica foi reproduzida de modo progressivo desde o final da 2ª Grande Guerra através da ênfase às razões econômicas, como revela a experiência da TVA, ao passo que as questões de matriz estética e cultural se tornaram desprovidas de significado: a montanha tornou-se recurso e o minério de ferro que a constitui tornou-se mercadoria. Esse *status* começa a se alterar ainda no século XX, com a entrada em cena dos movimentos ambientalistas e de uma mudança cultural significativa desenvolvida a partir da década de 1960.

## PAISAGEM E PLANEJAMENTO ECOLÓGICO

As experiências históricas de contato entre os campos disciplinares e de conhecimento do planejamento e da paisagem passam a ocorrer de modo mais sistemático nos anos 1960 através de Ian McHarg (1920–2001), que mantinha claras referências dos profissionais da RPAA.



McHarg estudou artes plásticas e, posteriormente imigrado para os Estados Unidos, especializou-se em Arquitetura da Paisagem e Planejamento Urbano, obtendo destaque em seus escritos sobre Planejamento Regional. Propôs em seu livro “*Design with Nature*”, publicado originalmente em 1969, um método de Planejamento Ecológico no qual buscou enfrentar o desafio do desenvolvimento e ocupação de territórios através de uma perspectiva ecológica. Segundo o autor, era necessário incorporar à sociedade a noção de indissociabilidade entre humanidade e natureza, exigindo uma atuação de planejamento que fosse capaz de compatibilizar suas interações (MCHARG, 1992).

A concepção de MchHarg tinha seus fundamentos nos estudos da RPAA; portanto, sua matriz de recorte era a escala regional. A influência da RPAA no trabalho de MchHarg é testemunhada na introdução do livro “*Design with Nature*” escrita por Lewis Mumford em 1969:

Ian MchHarg, treinado profissionalmente como planejador urbano e arquiteto da paisagem, pode ser melhor descrito como *um ecologista inspirado*: ele é uma mente que não meramente olha toda a natureza e atividade humana a partir do ponto de vista externo da ecologia, mas que também vê o mundo de dentro, como participante e ator, *trazendo ao mundo frio, seco e incolor da ciência o contributo especial que diferencia os mamíferos superiores, acima de todos os seres humanos, de todas as outras coisas animadas: cor e paixão vivas, emoções, sentimentos, sensibilidades, distúrbios eróticos e estéticos* – tudo o que torna a mente humana em seu íntimo tão imensamente superior a um computador ou a mentes subdimensionadas que se adaptaram às limitações de um computador (MUMFORD, 1969 *apud* MCHARG, 1992, não paginado, tradução nossa, grifos nossos)<sup>5</sup>.

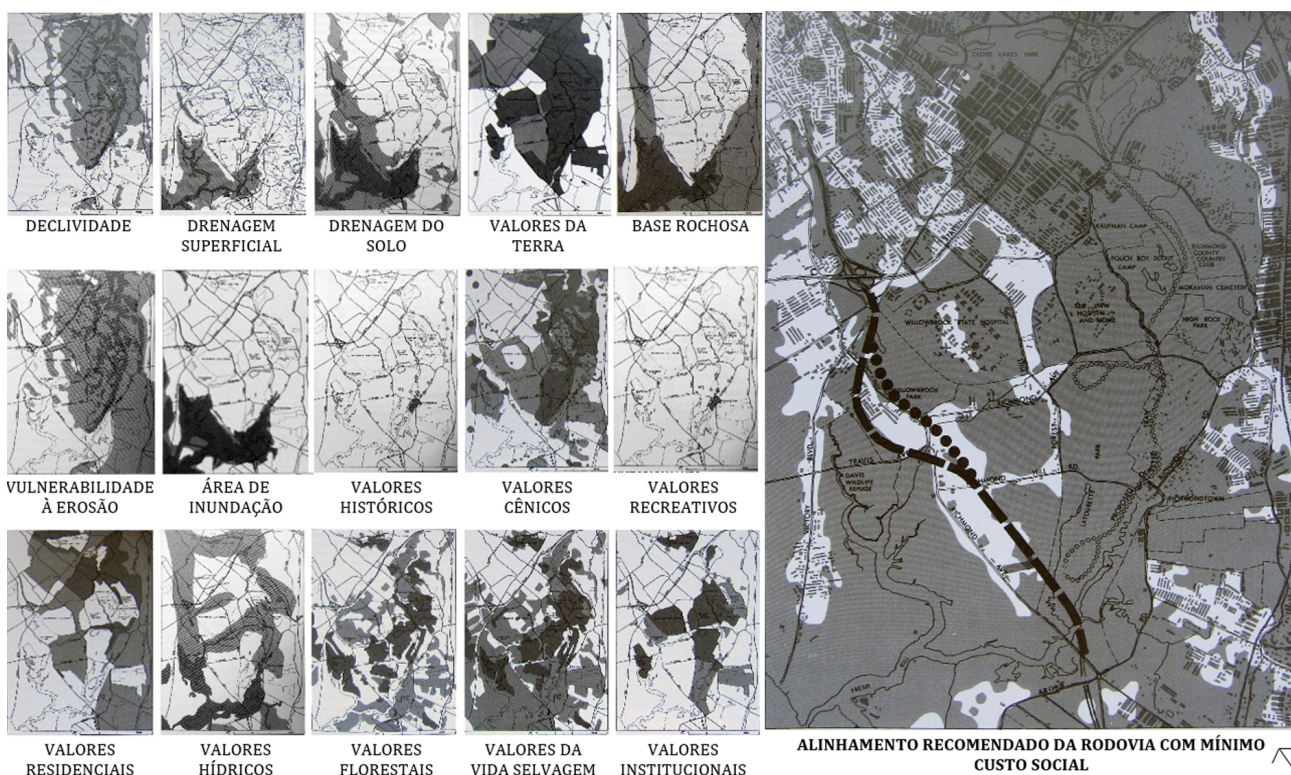
A proposta de Planejamento Ecológico a partir da paisagem, desenvolvida por MchHarg, incorporava elementos físico-territoriais, sociais, econômicos, culturais e estéticos que compõem a paisagem. Segundo MchHarg (1992), seu interesse não se restringia em avaliar os atributos ambientais em sua dimensão física, mas, sobretudo, compreender a paisagem como relação: a natureza enquanto presença e processo cuja interação oferece oportunidades e também limitações para o uso humano. Para pensar em alternativas a esse modo de ocupar, formulava uma complexa leitura do território em seus vários aspectos, de modo a identificar as potencialidades ou restrições ao desenvolvimento de cada uma de suas partes; isto é, sua “adequação intrínseca” (*intrinsic suitability*).

Essa adequação era construída através de levantamentos elaborados e que se utilizavam da tecnologia dos computadores para auxiliar na investigação e sua representação. Através deles, MchHarg e colaboradores reuniam e sintetizavam diferentes cartografias – recursos hídricos, geomorfologia, vida selvagem, áreas de interesse histórico e cultural, vegetação, entre outros. Essa ação crítica de relacionar informações era estabelecida a partir de uma escala de valores para cada um dos aspectos, representados por distintas tonalidades de cor. Ao sobrepor essas cartografias, obtinha-se o que se denominava “mapa de

aptidão" (*suitability map*), no qual era possível reconhecer a aptidão intrínseca de cada trecho do território – agricultura, preservação ambiental, recreação ou ocupação urbana, por exemplo. Uma nova sobreposição dessas cartografias possibilitaria obter um “mapa-síntese de aptidões”, sendo representadas as potencialidades e fragilidades que implicavam, respectivamente, em possibilidades de ocupação e restrições do território para qualquer uso humano (MCHARG, 1992).

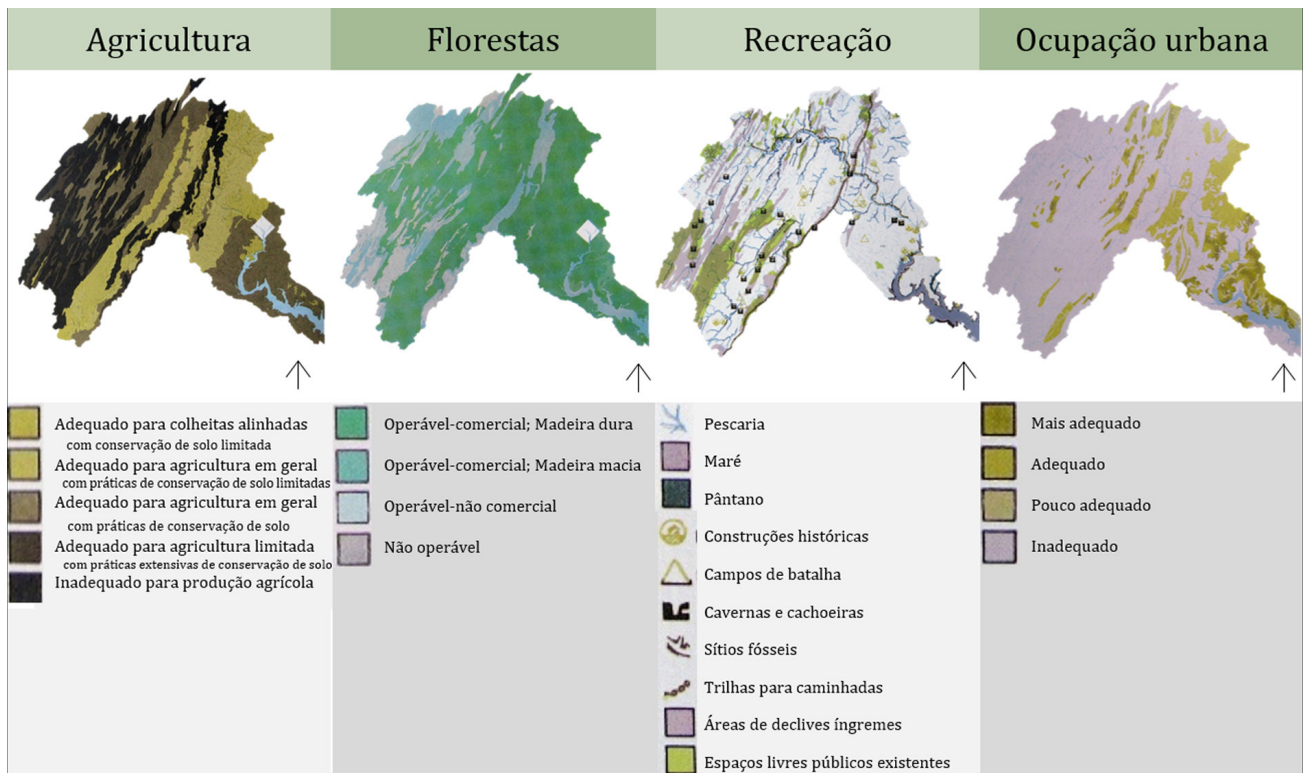
Esse método permitia a atuação em várias escalas e contextos de planejamento e projeto, atendendo a demandas diversas. Por exemplo, McHarg aplicou-o em um território cuja necessidade era reconhecer a melhor localização para o projeto de uma rodovia (*Figura 2*). Extrapolando o viés funcional estritamente econômico de ligar dois pontos a partir do menor custo, idealizou a proposta prevendo uma ligação que tivesse dimensões culturais entre suas pretensões, possibilitando visuais agradáveis e referenciais àqueles que por ela transitariam e que, ao mesmo tempo, salvaguardasse recursos ambientais de grande importância.

Em outro estudo, McHarg empregou seu método à região de uma bacia hidrográfica (*Figuras 3 e 4*), procurando desvendar as potencialidades do território em termos de desenvolvimento econômico, recreativo, urbano e de preservação ambiental. Em ambas as propostas destaca-se o horizonte de desenvolvimento associado ao fomento da identidade dos lugares, reconhecimento e geração de referências, memória e cultura. Desse modo, o método de



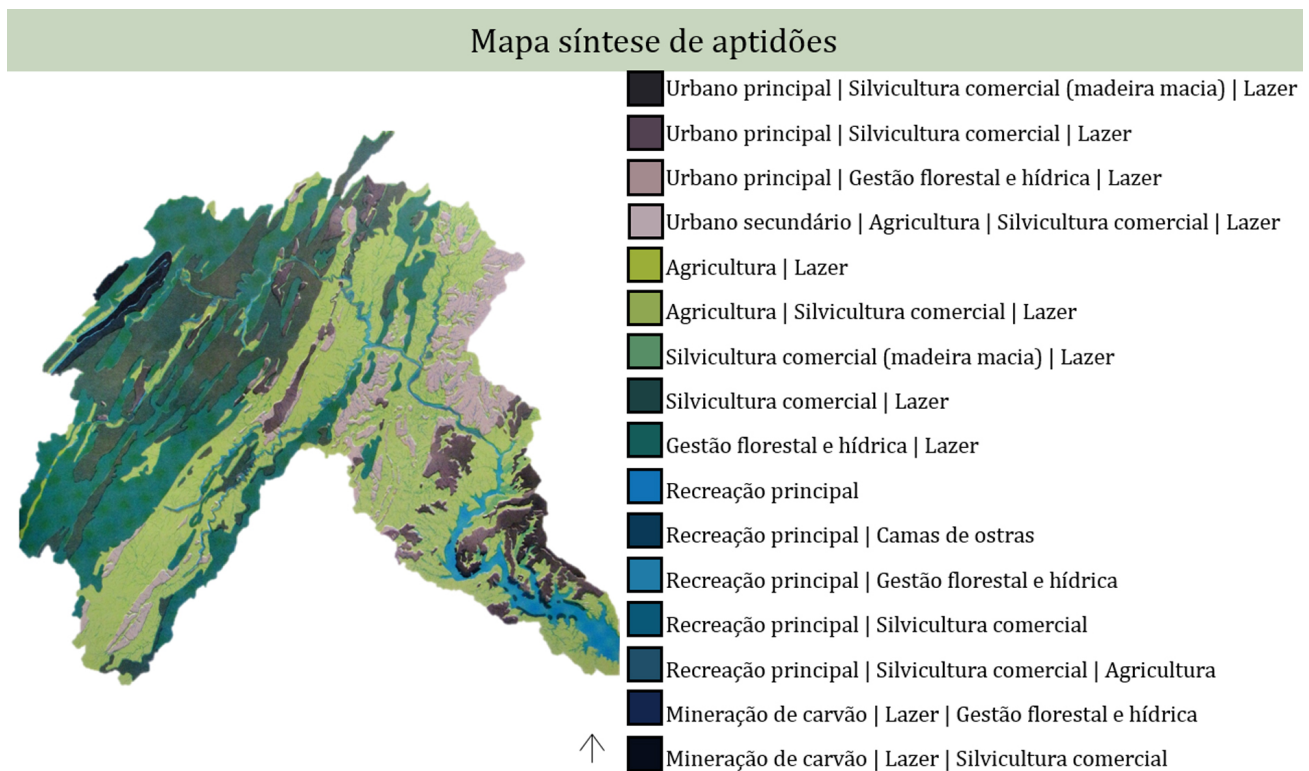
**FIGURA 2** – Mapas de aptidão desenvolvidos por Ian McHarg como aplicação de seu método para a escolha da melhor localização da rodovia Richmond Parkway.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020) com base em McHarg (1992).



**FIGURA 3** – Mapas de aptidão desenvolvidos por Ian McHarg como aplicação de seu método de planejamento regional no contexto da bacia hidrográfica do Rio Potomac.

Fonte: Produzido pelas autoras (2020) com base em McHarg (1992).



**FIGURA 4** - Mapa síntese de aptidão desenvolvido por Ian McHarg como aplicação de seu método de planejamento regional no contexto da bacia hidrográfica do Rio Potomac.

Fonte: Produzido pelas autoras (2020) com base em McHarg (1992).

McHarg “[...] revela o trânsito de escalas que ora analisa o contexto regional em toda a sua amplitude, e ora incorpora dimensões locais relacionadas à vivência e experiência do usuário no espaço” (RAGONHA, 2019, p. 178).

Ainda que McHarg não tenha adotado a terminologia “paisagem”, seu método incorpora os principais aspectos que o campo disciplinar contempla, incluindo as dimensões ambientais, culturais, sociais e estéticas. Seus princípios se desenvolveram no decorrer dos anos, estando na base de muitos estudos e concepções formulados posteriormente no âmbito da Arquitetura da Paisagem. Dentre eles, destacam-se os trabalhos de Anne Spirn, Michael Hough e Richard Forman, que defendem a necessidade de compreender a paisagem e seus ecossistemas – urbanos ou rurais –, para buscar estratégias mais sustentáveis. O que une esses autores é a abordagem na direção contrária à cisão histórica entre humanidade e natureza, em defesa de sua interdependência, que se expressa enquanto fenômeno como paisagem.

Infelizmente, a tradição colocou a cidade contra a natureza, e a natureza contra a cidade. A crença de que a cidade é uma entidade separada da natureza, e até contrária a ela, dominou a maneira como a cidade é percebida e continua a afetar o modo como é construída. Essa atitude agravou e até causou muitos dos problemas ambientais urbanos [...]. Todavia, continuam a ser tratadas como fenômenos isolados, e não como fenômenos interligados resultantes de intervenções humanas corriqueiras, e a ser exacerbadas por uma desconsideração pelos processos naturais. A natureza tem sido vista como um embelezamento superficial, como um luxo, mais do que como uma força essencial que permeia a cidade. Mesmo aqueles que procuraram introduzir a natureza na cidade, na forma de parques e jardins, frequentemente viram a cidade como algo estranho à natureza, e a si mesmos como introdutores de um pedaço da natureza na cidade (SPIRN, 1995, p. 21).

O método desenvolvido por McHarg continua servindo de referência para vários trabalhos no âmbito da ecologia da paisagem e do planejamento com a paisagem, com a aplicação renovada possibilitada pelos recursos tecnológicos que permitem a produção de cartografias de grande complexidade informacional. Ferramentas digitais como o geoprocessamento trazem o avanço do armazenamento e cruzamento de dados em mapas georreferenciados, viabilizando leituras do território e a análise de suas potencialidades e restrições em outros registros.

Cabe destacar que essas ferramentas digitais em muito contribuem com o processo de planejamento, uma vez que as cartografias geradas relacionam dados espacialmente através de índices e valores a eles aplicados. Essas práticas, no entanto, da forma como têm sido aplicadas contemporaneamente, ainda parecem ensaiar sua atuação em relação aos processos de ocupação humana e urbana, estando fortemente ligadas às questões de conservação. Comumente utilizada por egressos dos campos disciplinares da geografia, biologia e engenharias, ambiental e agrônômica em especial, uma ferramenta

como o GIS (*Geographic Information System*) valora com base em índices as áreas relacionadas à conservação – em outras palavras, aquelas que devem permanecer sem maiores intervenções. No caso dos arquitetos urbanistas e do processo de planejamento do território, cabe rever esse processo trabalhando com índices construídos à luz do contexto de desenvolvimento e ocupação humana e urbana.

O que se revela, especialmente em relação ao território brasileiro, é a necessidade de atualizar a aplicação do método de McHarg em consonância com os desafios que o autor buscava enfrentar ao estudar justamente as áreas ocupadas pelo uso humano. Sua questão central, e que deve ser resgatada pelos estudos atuais, prevê o processo de ocupação e o desenvolvimento pautado pelo viés ecológico que procura construir relações menos conflituosas entre seres humanos e o meio (ambiental, social, físico, cultural, econômico, estético) (RAGONHA, 2019). Em outras palavras, as ferramentas atuais permitem planejar com a paisagem, procurando estabelecer com a natureza uma relação que resulte em lugares resilientes e memoráveis.

Assim, a ação estratégica de relacionar dados com novas tecnologias para planejar o território com a paisagem deve incluir profissionais de diferentes matrizes disciplinares para que distintos valores possam aparecer como relevantes. É fundamental essa participação de profissionais bem treinados que desenvolvam perguntas adequadas e promovam valorações pertinentes para elencar as informações primordiais a cada situação de planejamento e projeto. O que se apresenta aqui é a necessidade de instalação desse ambiente de colaboração e troca entre campos disciplinares, em um movimento que reconheça a paisagem como um lugar profícuo de encontro, recebendo diferentes olhares que constituem o planejamento em tempos contemporâneos.

Outro fator relevante diz respeito à forma de representação. Certamente a cartografia utilizada por McHarg é um recurso fundamental para o levantamento e cruzamento de dados, sobretudo quando se trata da escala regional. No entanto, ela por si só implica em uma análise de sobrevoo, baseada em mapas, que dificulta a compreensão de aspectos que exigem uma análise em escala local. A cartografia complementa-se, portanto, de outros recursos de aproximação ao fenômeno, como, por exemplo, estratégias de representação como fotografias, croquis ou outros meios que tragam um aporte fenomenológico, pautado no corpo, empenhados na leitura e percepção da paisagem.

Em relação a esse fundamental trânsito de escalas, ainda que a cartografia fosse o principal instrumento empregado no método de McHarg, o autor também explorava outros meios de representação, como croquis, fotografias, perspectivas e cortes, que apresentavam sugestões de como o processo de ocupação poderia ser constituído. Essa prática instalava pioneiramente respostas formais ao diagnóstico do território e de suas apropriações, permitindo a visualização de cenários e seus conteúdos e possibilitando debates acerca do processo com gestores, com pessoas interessadas e com a comunidade.

A adoção de diferentes meios de representação está diretamente associada a um trânsito entre escalas inerente ao planejamento com a paisagem. Por mais que se adote como recorte territorial uma determinada região – a da bacia hidrográfica, por exemplo –, um processo de planejamento que se julga adequado ao lugar e que se tenha como horizonte a interação entre usos humanos, objetivos e subjetivos, associados à necessária preservação ambiental, em especial na contemporaneidade, demanda uma análise em diferentes escalas, da local à regional.

Os métodos de representação atualizados podem responder a essa transversalidade, cumprindo a função de traduzir diferentes camadas de leituras que se associam na compreensão dos aspectos em análise. Esse trânsito entre escalas (a chamada multiescalaridade) é algo fundamental à paisagem, à história de seu campo de conhecimento e de atuação profissional no mundo, revelando sua importância e vitalidade quando associada ao processo de planejamento contemporâneo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo se propôs a apresentar contatos e revelar em breve arco histórico a interação entre o campo disciplinar do planejamento e da paisagem, desde o momento em que a natureza adentra a cidade através de parques, praças e vias arborizadas no contexto de surgimento do Urbanismo enquanto disciplina, até às práticas de um planejamento regional e ecológico a partir dos princípios ambientais, sociais, culturais e estéticos da paisagem, articulados pelo campo disciplinar da Arquitetura da Paisagem e atualizados sob a égide das tecnologias contemporâneas.

O que se pretende iluminar em todos esses momentos é a presença da paisagem sob suas várias vertentes, incluindo não apenas dimensões ambientais e da geografia física, mas também aspectos de ordem subjetiva que se revelam social e culturalmente na interação entre as pessoas e o território.

Desde o pioneiro da Arquitetura da Paisagem, Olmsted, e o desdobramento de seus trabalhos servindo de referência a profissionais como Forestier e Howard no pensamento e desenvolvimento da cidade e da região, até as primeiras práticas de planejamento regional norte-americano da RPAA nos anos 1920, observa-se uma interação entre paisagem e planejamento nas suas várias escalas e dimensões, identificando a complexidade dessa relação. Com McHarg e o planejamento ecológico dos anos 1960 fortemente pautado nos estudos da RPAA, esses elementos são retomados sistematicamente sob uma perspectiva que pensa o território em termos de planejamento e de projeto a partir da paisagem, compreendida como relação entre humanidade e natureza.

Em um momento mais recente, desenvolvem-se atualizações do método de Ian McHarg, colocando-se em relevância o princípio que pauta o campo da Arquitetura da Paisagem, *Landscape Architecture*, de onde esse autor é egresso – a saber, a convergência na leitura e intervenção, expressa pela aproximação

de elementos que historicamente se apresentam como opostos, humanidade e natureza, ações humanas e preservação ambiental.

A paisagem se instala como expressão dessas relações; sua arquitetura é pioneira no desenho de uma convergência com as questões da natureza. Seu contato com o planejamento envolve uma abordagem a partir do trânsito entre escalas, da local à regional, contemplando análises de aporte mais abrangente e geral através de interações cartográficas associadas a percepções e relações de âmbito local, obtidas a partir das visitas a campo. As proposições criam, assim, um vínculo fundamental com o fenômeno e suas informações: geografia física, sociedade, usos e apropriações, subjetividades.

Diante de tamanha complexidade, a paisagem se afirma como lugar e campo de conhecimento capaz de pôr em contato elementos usualmente abordados de modo separado, apresentando um diálogo necessário e de grande relevância aos processos de planejamento contemporâneos.

## NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da dissertação de J. RAGONHA, intitulada "Planejar com a Paisagem: reflexões historiográficas e contemporâneas sobre a região". Universidade de São Paulo, 2019.
2. No original: "*Landscape architecture and city planning share a common history in the United States. Many of the first metropolitan and regional plans in the nineteenth century were developed for park systems that integrated recreation, transportation, storm drainage and flood control, and wastewater management, and that created a framework for future urban development. The authors of such plans were landscape architects like Frederick Law Olmsted and his sons, John Charles and Frederick Law Olmsted Jr., Charles Eliot, and John Nolen*".
3. O *boulevard* francês consistia em uma criação inaugurada por Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) em Paris através de um programa de transformações (*Grands Travaux*) ocorrido entre 1853 e 1870 que pretendia tornar Paris a capital da modernidade através da abertura destas ruas arborizadas e da introdução de novos parques e jardins públicos (FORESTIER, 1997).
4. No original: "[...] *regional planning was to create conditions that would establish a harmonious relationship between human beings and nature, grounded in a bio-ethics that would show a deep respect for the limits of human intervention in 'natural' processes and limit the 'cancerous' growth of cities*".
5. No original: "*Ian McHarg, while trained professionally as a town planner and a landscape architect, might better be described as an inspired ecologist: his is a mind that not merely looks at all nature and human activity from the external vantage point of ecology, but who likewise sees this world from within, as a participant and an actor, bringing to the cold, dry, colorless world of science the special contribution that differentiates the higher mammals, above all human beings, from all other animate things: vivid color and passion, emotions, feelings, sensitivities, erotic and aesthetic delights – all that makes the human mind at its fullest so immensely superior to a computer or to under-dimensioned minds that have adapted themselves to a computer's limitations*".

## REFERENCIAS

- ANHAIA MELLO, L. I. R. Urbanismo. *Boletim do Instituto de Engenharia*, n. 42, p. 235-240, 1928.
- BERQUE, A. *Médiance: de milieux em paysages*. 10. ed. Paris: Éditions Belin, 2000.

BESSE, J.-M. As cinco portas da paisagem: ensaio de uma cartografia das problemáticas contemporâneas. In: BESSE, J.-M. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014. p. 10-66.

FORESTIER, J. C. N. *Grandes villes et systèmes de parcs: Suivi de deux mémoires sur les villes impériales du Maroc et sur Buenos Aires: ouvrage publié avec le concours du Centre national du livre*. Paris: Hachette, 1997.

FRIEDMANN, J.; WEAVER, C. *Territory and function: the evolution of regional planning*. Berkeley: University of California Press, 1979.

GEDDES, P. *Cidades em evolução*. Campinas: Papyrus, 1994.

HALL, P. The city in the region: the birth of regional planning: Edinburgh, New York, London, 1900-1940. In: HALL, P. *Cities of tomorrow: an Intellectual history of urban planning and design in the twentieth century*. Great Britain: Blackwell Publishers, 1996. p.136-173.

MCHARG, I. *Design with Nature*. New York: John Wiley & Sons, 1992.

RAGONHA, J. *Planejar com a paisagem: reflexões historiográficas e contemporâneas sobre a região*. 2019. 269 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

SANTOS, E. A. Porque planejar com a paisagem. *Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 13, p. 100-123, 2003. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v13i0p100-123>

SCHENK, L. B. M. *Arquitetura da paisagem: entre o Pinturesco, Olmsted e o Moderno*. 2008. 171 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

SPIRN, A. W. *O Jardim de granito: a natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp, 1995.


SPIRN, A. W. *Ian McHarg, landscape architecture, and environmentalism: ideas and methods in context*. Washington: Dumbarton Oaks Washington, 2000. p. 97-114. (Environmentalism in landscape architecture, v. 22).

UNWIN, R. *La Practica del Urbanismo: una introducion al arte de proyectar ciudades y barrios*. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

## JÉSSICA RAGONHA

 <http://orcid.org/0000-0002-9486-7208> | Universidade de São Paulo | Instituto de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | São Carlos, SP, Brasil.

## LUCIANA BONGIOVANNI MARTINS SCHENK

 <http://orcid.org/0000-0002-7944-7782> | Universidade de São Paulo | Instituto de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Av. Trabalhador São Carlense, 400, Parque Arnold Schimidt, 13566-590, São Carlos, SP, Brasil | Correspondência para/ Correspondence to: L. SCHENK | E-mail: [lucianas@usp.br](mailto:lucianas@usp.br)

## COLABORAÇÃO

J. RAGONHA e L. B. M. SCHENK contribuíram na concepção e desenho, análise e interpretação de dados, revisão e redação final do artigo.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

RAGONHA, J.; SCHENK, L. B. M. Planejar com a paisagem: contatos históricos e perspectivas contemporâneas. *Oculum Ensaios*, v. 19, e224971, 2022. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a4971>

RECEBIDO EM  
28/5/2020  
REAPRESENTADO EM  
11/1/2021  
APROVADO EM  
19/5/2021